



CONCEPÇÕES DE ESPORTE E LAZER NO PLANO DE DESENVOLVIMENTO ES-2025

Dirceu Santos Silva – UFES - FAPES¹
Ana Carolina Godoi da Silveira - UFES²
Carlos Nazareno Ferreira Borges - UFES³

Resumo

O trabalho busca mapear e identificar as diferentes formas que o Esporte e o Lazer são tratados dentro do Plano de Desenvolvimento Espírito Santo (ES-2025). Trata-se de um estudo qualitativo, que aconteceu em duas fases: levantamento bibliográfico e análise documental no ES-2025. Para tabulação dos dados, a técnica utilizada foi a análise de conteúdo de Bardin (2009). Constatou-se que por meio do Esporte e do Lazer o Estado tem a intenção de reforçar a identidade do capixaba, melhorar a imagem do Esporte de alto-rendimento em nível nacional, melhorar a qualidade de vida do cidadão e minimizar a criminalidade.

Palavras-chave: Políticas Sociais; Esporte; Lazer

Introdução

O Esporte e o Lazer são setores das políticas sociais que tem ganhado cada vez mais destaque nos meios acadêmicos e em todas as instâncias dos governos: municipal, estadual e federal. Os setores são utilizados de diversas formas dentro das políticas públicas, desde perspectivas voltadas para emancipação do sujeito com base na Constituição Federal, desenvolvimento da prática cidadã, melhoria da qualidade de vida até a busca de alto-rendimento, retenção da criminalidade e fortalecimento da identidade local, regional ou nacional.

No século XXI, o Esporte e o Lazer são considerados práticas legitimadas culturalmente pela sociedade e se relacionam com o Estado e com o mercado. Estes setores aparecem associados e integram um conjunto de metas a serem alcançadas. Além disso, sua prática pressupõe o estabelecimento de uma política articulada com outros setores, que atendam aos anseios da população.

Assim, torna-se desafiador compreender o funcionamento do Esporte e do Lazer no desenvolvimento das políticas estaduais, visto que, grande parte dos trabalhos científicos que envolvem o Esporte e o Lazer se fundamentam na Constituição Federal Brasileira, dita como a mais cidadã. Assim sendo, há uma necessidade de tencionar o debate, indagando se

¹ Mestrando em Educação Física - UFES; Grupo de Estudos em Sociologias das Práticas Corporais e Estudos Olímpicos - CESPCEO

² Mestranda em Educação Física - UFES - Grupo de Estudos em Sociologias das Práticas Corporais e Estudos Olímpicos - CESPCEO

³ Professor Adjunto - UFES - Grupo de Estudos em Sociologias das Práticas Corporais e Estudos Olímpicos - CESPCEO



as políticas públicas têm perspectivas de legitimar os direitos sociais para além da instrumentalização legal. Desse modo, a problemática central do estudo gira em torno da seguinte questão: como as concepções de esporte e lazer são tratadas dentro do Plano ES-2025 e de que forma as políticas estaduais são pensadas?

O estudo justifica-se a partir do momento que busca verificar se o planejamento do Estado tem perspectivas de atender a emancipação do sujeito por meio das políticas públicas estaduais. Reforçando a justificativa, Marchi Jr. (2002, p.121) afirma que os setores do Esporte e do Lazer assumem dimensões e significados de fenômenos únicos sendo que “[...] ainda hoje, encontramos certas restrições ou resistências na apreciação do Esporte como um objeto de estudo científico e de relevância no universo acadêmico”.

Dessa forma, o objetivo do trabalho é mapear as diferentes formas que o Esporte e o Lazer são tratados dentro do Plano ES-2025, bem como identificar as concepções de Esporte e do Lazer por meio da análise documental.

Caminhos Metodológicos

Trata-se de um estudo exploratório que, segundo Gil (2002 p. 41) tem como “objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”. Essas pesquisas na sua maioria envolvem: levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado, e análise dos exemplos em busca de uma melhor compreensão.

A pesquisa tem abordagem qualitativa, que compreende um conjunto de técnicas interpretativas que envolvem uma sequência de atividades, categorização dos dados e redação do texto final que será construído e confrontado com a literatura. Tem como escopo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social (GIL, 2002).

Os procedimentos metodológicos da pesquisa ocorreram em duas etapas. Na fase inicial foi realizado um levantamento bibliográfico, a fim de coletar informações teóricas em livros, artigos científicos, banco de dados e revistas especializadas, visando à elaboração de um suporte teórico (SEVERINO, 2000). Na segunda etapa foi realizada uma análise documental (GIL, 2002) no Plano de Desenvolvimento do Estado (ES-2025)

Os procedimentos de coleta de dados seguiram a ordem: acessar o site do Portal do Governo do Espírito Santo <<http://www.es.gov.br>>; entrar no link do Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025; Baixar os documentos do Plano de ES 2025, que se encontram em 12 Volumes (*Volume 1. Síntese do Plano; Volume 2. Pesquisa Qualitativa; Volume 3. Condicionantes do Futuro; Volume 4. Análise Comparativa Internacional e com Outras Unidades da Federação; Volume 5. Cenários Exploratórios para o Espírito Santo no Horizonte 2006-2025; Volume 6. Avaliação Estratégica e Subsídios para a Visão de Futuro; Volume 7. Visão de Futuro; Volume 8. Carteira de Projetos Estruturantes; Volume 9. Agenda de Implementação, Governança e Plano de Comunicação; Volume 10. Nota Técnica: Agregação de Valor e Diversificação Econômica do Espírito Santo; Volume 11. Nota Técnica: Desenvolvimento da Logística e dos Transportes no Espírito Santo; Volume 12. Memória de Cálculo dos Custos dos Projetos*).

O recorte dos textos foi realizado por meio de uma busca nos 12 volumes com as seguintes palavras-chave: esporte; lazer; esporte e lazer. Para tabulação dos dados, a técnica utilizada foi a análise de conteúdo, que segundo Bardin (2009) caracteriza como um o recorte dos textos de acordo com os conteúdos mais significativos para o estudo, para o posterior agrupamento e categorização das unidades de respostas. Com esses dados foram analisadas as formas que o Estado implementou o Esporte e o Lazer. A análise dos



resultados foi norteada pelo marco teórico composto por: políticas, planejamento político, políticas de Esporte e Lazer.

Conceituação prévia em Políticas

Política é “derivado do adjetivo originado de *pólis* (*politikós*), que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social”. A política é a mediação entre indivíduo-indivíduo e indivíduo-instituição sendo diretamente ligadas às diferentes formas de poder (BOBBIO, 2002, p.964).

Política pública corresponde à ação do governo em relação a um determinado setor ou atividade. Assim, a política deve estar imbricada com o processo de planejamento, que pode ser considerado produto da política. Segundo Azevedo *apud* Lião Junior (2003) política pública é definida como sendo o Estado em ação, que envolve recursos do poder público. Em Belloni et al. (2007, p. 44) “Política Pública é a ação intencional do Estado junto a sociedade”. Logo, toda Política Pública deve ser avaliada em prol das otimizações das necessidades sociais.

A concepção de Estado se refere ao campo de disputas ideológicas que mobilizam o seu funcionamento, isto é, a pessoa jurídica que impacta no seu aparato e realiza a administração pública (JUNQUEIRA et al., 1997).

Belloni et al. (2007) afirmam que a função do Estado diante à sociedade é realizar intervenções que contemplem e/ou defenda os direitos sociais de cada cidadão. Aborda, ainda, que por meio do Estado as pessoas terão a oportunidade e/ou acesso aos direitos.

A partir da década de 1980 o Estado passou a criar ações articuladas com outros setores das políticas sociais e o conceito de cidadania ganhou ênfase neste processo. Segundo Amaral (2006) este período é marcado por duas conquistas em âmbito nacional ligadas à participação: a primeira está diretamente relacionada à democratização no interior da sociedade civil por meio dos movimentos populares e movimentos sociais pluriclassistas e a segunda é pautada na abertura de vias de participação popular em temas da administração pública. Assim, é necessário pensar em formas de participação social na política que exclua o clientelismo, assistencialismo e o uso político-partidário.

O caminho do Lazer e Esporte

As lutas pela redemocratização, incluindo o movimento pelas “Diretas Já”, induziram a elaboração da carta da Constituição Federal Brasileira de 1988, que contempla em seu Artigo 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o Lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988 p. 8, grifo nosso).

Defendem-se também as questões dos direitos civis, políticos e sociais, como a luta pela qualidade de vida, melhores condições de trabalho, educação, saúde, Lazer, moradia etc. Deste modo, a participação da sociedade civil ganha destaque e as novas formas de articulação via conselhos e instituições não buscam substituir o Estado, mas sim lutar para que o mesmo garanta a todos os direitos contemplados em Constituição. A importância da participação da sociedade civil está relacionada à democratização da gestão pública e busca da cidadania por meio da ética, justiça e igualdade social, buscando atingir todas as camadas sociais (GOHN, 2005).



Neste contexto de apoio aos direitos sociais o Lazer ganha destaque ainda, no Artigo 217, parágrafo III, inciso IV que contempla o setor ao afirmar que: “O Poder público incentivará o Lazer, como forma de promoção social” (BRASIL, 1988).

Autores como Marcellino (2002) e Mascarenhas (2004) afirmam que no Brasil o Lazer não é encarado como um direito social, visto que existe uma desorganização no setor, além da nítida ineficiência do Estado.

Marcellino (2001, p. 9) afirma que, o Lazer mesmo sendo direito se constituindo enquanto de todos os cidadãos, ainda continua acessível a uma minoria e que "existem barreiras inter e intraclasses sociais, formando um todo inibidor que dificulta o acesso ao Lazer não só quantitativamente, mas, sobretudo qualitativamente".

O Lazer é um conteúdo complexo que envolve uma série de conteúdos que necessitam ser trabalhados de forma integrada e envolvendo uma interdisciplinaridade de conhecimentos para solucionar os problemas existentes. Dumazedier (1973) descreve cinco conteúdos culturais de Lazer: físicos, artísticos, manuais, intelectuais e sociais. Estes conteúdos devem ser trabalhados em conjunto, de forma a incentivar e integrar o indivíduo em todos os grupos das atividades.

Embasado em Paulo Freire, Mascarenhas (2004) trata o Lazer-educação como uma posição político e político-pedagógico que luta pela emancipação do sujeito e conquista de um mundo mais igualitário por meio de grupos ou movimentos sociais. Tem o papel de destaque na formação omnilateral⁴ do sujeito, que contribui para elevação das capacidades físicas, culturais, intelectuais e políticas.

Marcellino (2002) afirma que podem ser destacadas três dificuldades que o setor do Lazer ainda enfrenta para o desenvolvimento de políticas públicas: a primeira relacionada à inexistência de acessibilidade nos espaços e equipamentos de Lazer; a segunda diz respeito à escassez de ações voltadas para a educação e para o Lazer; e a terceira se refere à falta de qualificação profissional para atender a demanda das atividades.

Em outra obra, Marcellino (2002) assegura que as políticas realizadas no poder público no que se referem aos setores do Esporte e do Lazer, devem ser avaliadas qualitativamente por meio de três aspectos: a concepção de Lazer dos gestores, a formação dos agentes e a intersetorialidade das ações.

O Lazer ao longo da história foi associado ao Esporte devido a sua proximidade, sobretudo no que se refere ao Esporte de participação ou ao Esporte como espetáculo, considerando a possibilidade de um Lazer contemplativo. Assim, considera-se no texto o Esporte como um dos conteúdos do Lazer e inseridos no seu todo complexo interdisciplinar. A relação entre o Esporte e o Lazer é intensificada pelo Ministério do Esporte (2004), por meio da I Conferência Nacional do Esporte e Lazer, que estabeleceu no documento sobre Política Nacional do Esporte e Lazer que, “o Esporte e Lazer são direitos sociais e, por isso, interessam à sociedade devendo ser tratados como questões de Estado, ao qual cabe promover sua democratização, colaborando para construção da cidadania” (BRASIL, 2005).

A Constituição Federal também contempla o setor do Esporte por meio do Artigo 217, Capítulo III, Seção III, do Desporto que diz: “É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um” (BRASIL, 1988).

⁴ Conceito marxista que se opõe ao homem unilateral, alienado, aplica à formação do indivíduo social no desenvolvimento total de todas faculdades e forças produtivas.



III Congresso Sudeste de Ciências do Esporte
Mega Eventos esportivos no Brasil: seus impactos e a participação popular
Niterói – RJ
23 a 25 de setembro de 2010

ISSN 2179-8141

O Esporte, durante seu processo de expansão por todo o mundo, foi permeado por mudanças e interferências relativas aos diferentes contextos socioeconômicos e políticos que o acolheram e perpetuaram. Durante essa trajetória, a prática esportiva vem ampliando sua legitimidade como uma prática social capaz de adentrar diferentes estruturas e segmentos que compõem as sociedades contemporâneas se afastando do conceito de Esporte moderno (LINHALES, 2001).

Para Linhales (2001, p.33) o Esporte moderno:

constitui um sistema capaz de comportar diferentes instituições e atores sociais, que se encontram, direta ou indiretamente, envolvidos com as variadas formas de consumo e de prática esportiva. Esse conjunto multifacetado incorpora ações e organizações que envolvem o Estado e o mercado.

O conceito de Esporte moderno se afasta do conceito de Lazer enquanto direito social e posiciona o Esporte de rendimento, como alvo de investimento não apenas do poder público, como também da esfera privada.

Segundo Tubino (1996), o Esporte apresenta diferentes manifestações, que podem ser caracterizadas em três dimensões: Esporte educacional, Esporte participativo e Esporte de rendimento. O Esporte educacional refere-se à prática no âmbito dos sistemas de ensino, sem seletividade e exclusão, buscando o desenvolvimento integral dos indivíduos e formação do mesmo para exercer sua prática cidadã e de Lazer. O Esporte de participação, se caracteriza por práticas de formas voluntárias, que buscam a integração dos indivíduos e plenitude da vida social, podendo ser voltado para promoção da saúde, educação e preservação do meio ambiente. E por fim é proposto o Esporte de rendimento, caracterizado por regras nacionais e internacionais, com o escopo de obter resultados voltados para integração dos países e comunidades.

Dentre estes três tipos de Esportes tratados por Tubino e contemplados na Constituição o Esporte participativo é o que busca a emancipação do sujeito como prática não obrigatória, o que pode resultar no exercício da cidadania, sendo voltado para todos os cidadãos.

Esporte e Lazer no Plano de Desenvolvimento ES-2025

O Plano ES-2025 é o planejamento do Estado realizado pelo Governo do Estado do Espírito Santo em parceria com o “Espírito Santo em Ação”, contando ainda com o apoio da Petrobras. O objetivo é agregar esforço na elaboração e execução de ações em todas as dimensões até o ano de 2025, logo sua perspectiva maior é tratar do futuro. Sua elaboração é destacada pelo planejamento compartilhado em diversos atores da sociedade capixaba por meio de pesquisas, seminários temáticos, audiências públicas etc.

No primeiro mapeamento e análise do *Volume 1. Síntese do Plano* constatou-se uma visão funcionalista do Esporte articulada com outros setores da política social em busca de um ambiente de paz, redução da violência e criminalidade. Segue o trecho do Plano ES-2025 que confirma tal afirmação:

Os resultados alcançados também decorrerão de medidas efetivas tomadas no campo da prevenção, em especial como decorrência da articulação de políticas sociais, de desenvolvimento urbano e de segurança pública. Nesse sentido, a



III Congresso Sudeste de Ciências do Esporte
Mega Eventos esportivos no Brasil: seus impactos e a participação popular
Niterói – RJ
23 a 25 de setembro de 2010

ISSN 2179-8141

população jovem em condições de vulnerabilidade social receberá especial atenção, com a concessão de bolsas para permanência nas escolas e criação de núcleos de *Esporte*, música, dança, teatro e cursos profissionalizantes em todo o Estado (p.61, grifos nosso).

Esta imagem salvacionista do Esporte é encontrada ainda em outros trechos do Plano. Pode-se compreender que o Estado visa à ampliação das ações públicas em prol da redução da criminalidade por meio da implementação de núcleos esportivos e de lazer, para prevenção do uso de drogas e para recuperação de dependentes químicos.

Segundo Melo (2005) esta perspectiva salvacionista do esporte surge como discurso legitimado das políticas públicas de esporte, para afastar o jovem da criminalidade. Tal autor critica esta concepção por se tratar de uma lógica meritocrática e individualista da resolução dos problemas. O esporte do ponto de vista salvacionista associa o setor a uma espécie de messias salvador, capaz de libertar e mascarar todas as mazelas sociais.

Num segundo momento do *Volume 1* foi verificado o uso do Esporte como ferramenta para o fortalecimento da Identidade Capixaba e Imagem do Estado articulada com o setor da cultura. Além disso, no mesmo volume o Esporte e Lazer aparecem associados para o desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Vitória, com o objetivo de racionalização dos investimentos e para melhorar a qualidade de vida de seus habitantes de forma articulada com outros setores, assim o Plano buscou realizar o:

Planejamento da expansão urbana. Coordenação de iniciativas nas áreas de segurança pública, saúde, habitação, mobilidade, conectividade, saneamento e preservação do meio ambiente. Disponibilização de equipamentos urbanos de *Lazer*, cultura e *Esportes*. Racionalização das redes de prestação de serviços. Controle de inundações (p.117, grifos nosso).

Noutro trecho do *Volume 1*. Estabelece como objetivo do Projeto 92 – Desenvolvimento do Esporte: “tornar o estado referência nacional em modalidades esportivas selecionadas” (p.147). Ou seja, por meio do Esporte pretende ganhar reconhecimento pela força de seus atletas.

A partir deste Projeto 92 o Estado contempla um dos tipos de Esportes contemplados em Constituição Federal, o Esporte de rendimento descrito por Tubino (1996) e que se aproxima do Esporte Moderno tratado por Linhales (2001).

No âmbito do Lazer, o termo só apareceu em destaque no Projeto 42 – Rede de Cidades Nova Venécia, que tem como escopo a “melhoria e ampliação da rede de saúde. Instalação de uma rede de formação técnica, profissionalizante e de nível superior. Ampliação das oportunidades de cultura e Lazer” (p.119).

No *Volume 2. Pesquisa Qualitativa* o Esporte aparece numa perspectiva articulada com o turismo por meio dos Esportes radicais, já que a região sul do Estado do Espírito Santo é uma região com diversos recursos naturais. Num segundo momento o termo aparece associado à educação e busca incentivar a prática de atividades esportivas.

Silva (2009) aponta que o setor do turismo tem-se apropriado do lazer como forma de melhorar a economia local por meio das atividades de aventuras da natureza e esportes radicais. No entanto, esta aproximação é preocupante, sendo acessível a uma minoria da população por se tratar de práticas caras voltadas para quem tem um poder aquisitivo alto.

Já o termo Lazer no *Volume 2*. Aparece associado aos aspectos culturais, já que os espaços de cultura ainda são insuficientes para o Estado. O plano contempla ainda o Lazer



como forma de qualidade de vida voltada para o crescimento econômico e na busca de “chegar a um estado prazeroso para se trabalhar, morar e ter Lazer” (p.182).

No *Volume 3. Condicionantes para o Futuro*, o Lazer apareceu com maior destaque, articulado com saúde como forma de melhorar a qualidade de vida dos idosos, devido à “Mudança da natureza da pressão sobre alguns serviços como previdência, saúde e Lazer, em decorrência do envelhecimento da população” (p.75). No planejamento acredita-se que o Lazer ganhará maior atenção, com destaque para expansão industrial e do crescimento da população e urbanização.

Ainda no *Volume 3*, é afirmado que um dos principais fatores para o aumento da violência urbana é provocado pelas “reduzidas alternativas de Lazer e o crescimento no consumo de drogas entre os jovens que também se apresentam como causas para essa violência” (p.174). Assim, defende a implementação dos projetos sociais nos setores do Esporte e do Lazer como veículos para redução da criminalidade.

No *volume 4. Análise Comparativa Internacional* e com Outras Unidades de Federação o esporte é apresentado com o intuito de melhorar a qualidade do aprendizado, isto é, por meio da escola os alunos tinham “aulas complementares de música, artes plásticas, Esporte, dentre outros saberes (p.122). Em tal livro também se faz presente a visão salvacionista do Esporte e Lazer como veículo de redução da violência.

No *Volume 5. Cenários Exploratório para o Espírito Santo no Horizonte 2006-2025* e no *Volume 6. Avaliação Estratégica e Subsídios para a Visão de Futuro* os setores de Esporte e de Lazer não ganharam destaque significativo e somente no *Volume 6*, o Esporte competitivo é citado como forma de fortalecer a Identidade Capixaba e Imagem do Estado.

No *Volume 7. Visão de Futuro* e no *Volume 8. Carteira de Projetos Estruturantes* foi constatado o uso do Esporte mais uma vez para o fortalecimento da Identidade e Melhoria da Imagem do Capixaba em nível nacional e internacional, além da redução da violência e criminalidade. O Lazer aparece também como elemento de destaque das políticas públicas futuras, já que a pirâmide etária tem uma tendência de aumentar o número de idosos.

No *Volume 9. Agenda de Implementação, Governança e Plano de Comunicação*, *Volume 10. Nota Técnica: Agregação de Valor e Diversificação Econômica do Espírito Santo* e *Volume 11. Nota Técnica: Desenvolvimento da Logística e dos Transportes no Espírito Santo* não foi constatado o uso dos termos Esporte e Lazer.

Na última análise no *Volume 12. Memória de Cálculo dos Custos dos Projetos* foi averiguado o uso do Esporte para fortalecer a identidade do capixaba. O Projeto 92 Desenvolvimento do Esporte tem como objetivo criar três centros de excelência esportiva e conta com R\$ 45 milhões, recurso oriundo do Governo do Estado do Espírito Santo (25% do valor de criação dos centros), Ministério do Esporte (50% do valor de criação dos centros) e Recursos Privados (25% do valor de criação dos centros).

Por meio do Plano não foi perceptível o entendimento completo ou talvez não seja o objetivo do planejamento atender o setor do Lazer de forma ampliada envolvendo a conceituação de Dumazedier (1973, p.34), ao entender o termo como um:

[...] conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua



Ou numa concepção mais recente, que conceitua Lazer como “fenômeno tipicamente moderno, resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassado por relações de hegemonia” (MASCARENHAS, 2000, p.17).

Considerações Finais

Constatou-se que no Plano ES-2025 o Esporte e o Lazer são incentivados numa visão funcionalista para redução da violência e criminalidade em busca de um ambiente de paz, para fortalecimento da identidade do capixaba articulada com o âmbito da cultura, como melhoria da qualidade de vida associado ao setor da saúde e para reforçar a imagem do Estado como referência nacional em modalidades esportivas selecionadas.

Não foi apurado em nenhum momento do Planejamento o uso do Esporte e do Lazer como direitos sociais contemplados em Constituição Federal, sendo dever do Estado. Assim, o Estado peca ao tratar os setores de forma simplificada, já que o Lazer é também um espaço que possibilita a emancipação do sujeito por meio dos setores.

É nesse sentido, que Mascarenhas (2004) defende a prática de um Lazer que se configure enquanto um momento de exercício da cidadania e desenvolvimento pessoal do indivíduo co-participativo do processo educativo. E o Esporte Participativa, que segundo Tubino (1996) é uma prática voluntária voltada para emancipação do sujeito e acesso de todos os cidadãos.

Para finalizar, ressalta-se que este estudo é um recorte de um estudo maior de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do Mestrado de Educação Física pela Universidade Federal do Espírito Santo que se encontra em andamento.

Referências

- AMARAL, Silvia Crina Franco. Políticas públicas de lazer: existe possibilidade de uma gestão participativa. In: PADILHA, Valquíria. (Org.). **Dialética do lazer**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2006, v. , p. 104-125.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de.; SOUZA, Luiza Costa de. **Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas: uma experiência em educação profissional**. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**. 12 ed. Brasília: UnB, 2002.
- BRASIL. **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. (Ministério do Esporte). **Conselho Nacional do Esporte**. Resolução nº 5, de 14 de junho de 2005. Política nacional do Esporte, Brasília, DF, 2005.
- DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 20-31, 2005.
- JUNQUEIRA, Luciano Antônio Prates; INOJOSA, Rose Marie; KOMATSU, Suely “Descentralização e intersectorialidade na Gestão Pública Municipal no Brasil: a



III Congresso Sudeste de Ciências do Esporte
Mega Eventos esportivos no Brasil: seus impactos e a participação popular
Niterói – RJ
23 a 25 de setembro de 2010

ISSN 2179-8141

experiência de Fortaleza. "In: **EL TRÁNSITO de la cultura burocrática al modelo de la gerencia pública**. Caracas: Unesco /

Clad. 1997. P. 63-124.

JUNQUEIRA, Luciano Antônio Prates; INOJOSA, Rose Marie. **Desenvolvimento social e intersectorialidade: a cidade solidária**. São Paulo: FUNDAP. 1997.

LIÃO JUNIOR, Roberto. Políticas Públicas de Educação Física, Esporte e Lazer: Tensões e Desafios de um Projeto contra-hegemônico no Distrito Federal, 1995- 1998. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 24, p. 39-52, 2003.

LINHALES, Meily Assbú. Jogos da Política, Jogos do Esporte. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. (Org.). **Lazer e Esporte: políticas públicas**. Campinas: Autores Associados, 2001.

MARCELINO, Nelson Carvalho; **Estudos do Lazer: uma introdução**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

_____. (Org.). **Lazer e Esporte: políticas públicas**. Campinas: Autores Associados, 2001.

MARCHI Junior, Wanderley. Bourdieu e a teoria do campo esportivo. In: PRONI, Marcelo Weishaupt.; LUCENA, Ricardo de Figueiredo. **Esporte: história e sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2002.

MASCARENHAS, Fernando. **Lazer e grupos sociais: concepções e método**. Dissertação de Mestrado, Campinas: FEF/Unicamp, 2000.

_____. **Lazer como Práticas da Liberdade**. 2. ed. Goiânia: UFG, 2004.

MELO, Marcelo Paula. **Esporte e juventude pobre: as políticas públicas de lazer na Vila Olímpica da Maré**. Campinas: Autores Associados, 2005.

PACHECO, Reinaldo Tadeu Boscolo. A escola pública e o Lazer: impasses e perspectivas. In: PADILHA, Valquíria. (Org.). **Dialética do Lazer**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2006, v. , p. 104-125.

ES-2025 (**Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025**). Nova Técnica Agregação de Valor e Diversificação Econômica do Espírito Santo. nº 11, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

TUBINO, Manoel José Gomes. **O Esporte no Brasil, do período colonial aos nossos dias**. São Paulo: Ibrasa, 1996.

SILVA, Dirceu Santos. **Análise dos processos de gestão pública e planejamento em cultura, turismo, esporte e lazer da cidade de Iheus-BA**. Monografia (Graduação em Educação Física), Universidade Estadual de Santa Cruz, 2009.

Av. Fernando Ferrari, Laboratório, 514 CESPCEO,
Goiabeiras - Vitória-ES - BrasilCEP: 29075-910
dirceu_09@yahoo.com.br;
Data Show